
Aukus e os Possíveis Desdobramentos no Sistema Geográfico Malvinas, Antártida e Atlântico Sul

Aukus and its Possible Developments in the Falklands, Antarctica and South Atlantic Geographical System

Aukus y los Posibles Desdoblamiento en el Sistema Geográfico Malvinas, Antártida y Atlántico Sur

Cristina de Moraes¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar quais os (possíveis) impactos da constituição do Acordo Aukus no Sistema Malvinas, Antártica e Atlântico Sul (SMAAS). Para tanto, o trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, apresenta-se o Aukus (2021) e aborda-se a presença britânica no sistema mundial moderno. Em seguida, expõem-se as possíveis implicações do Aukus para o conjunto geográfico do SMAAS. Tem-se a hipótese de que, ao mesmo tempo em que o Aukus é uma estratégia de contenção de atuação chinesa no Indo-Pacífico, também demonstra um fortalecimento da atuação britânica na SMAAS, representando desdobramentos no conflito anglo-sul-americano. Para desenvolver este trabalho, foram empregadas a revisão bibliográfica de autores da área de geopolítica e a leitura de documentos oficiais.

PALAVRAS-CHAVE: geopolítica; Grã-Bretanha; Argentina; Antártica.

ABSTRACT: *The present work aims to analyze the (possible) impacts of the constitution of the Aukus deal on the Falklands, Antarctica and South Atlantic System (SMAAS). In order to do that, this study has been divided into two parts. In the first, Aukus (2021) is presented, and the British presence in the modern world system is addressed. Next, the possible implications of Aukus for SMAAS geographical setting are exposed. It is hypothesized that, at the same time that Aukus is a strategy to contain Chinese action in the Indo-Pacific, it also evidences the strengthening of the British action in SMAAS, thus representing developments in the Anglo-South American conflict. To carry out this study, a literature review of authors in the area of geopolitics and reading of official documents were used.*

KEYWORDS: geopolitics; Great Britain; Argentina; Antarctica.

RESUMEN: *El presente trabajo tiene como objetivo analizar los (posibles) impactos de la constitución del Acuerdo de Aukus para el Sistema de Malvinas, Antártida y Atlántico Sur (SMAAS). Por lo tanto, el trabajo se divide en dos partes. En la primera, se presenta Aukus (2021) y se aborda la presencia británica en el sistema mundial moderno. A continuación, se exponen las posibles implicaciones de Aukus para el conjunto geográfico de SMAAS. Se plantea la hipótesis de que, al mismo tiempo que*

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Rio Claro. Docente no Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: cris2.moraes@gmail.com.

Aukus es una estrategia de contención para la acción china en el Indo-Pacífico, también representa un fortalecimiento de la acción británica en el SMAAS, representando desdoblamientos en el conflicto anglo-sudamericano. Para desarrollar este trabajo se utilizó la revisión bibliográfica de autores del área de geopolítica y la lectura de documentos oficiales.

PALABRAS CLAVE: geopolítica; Gran Bretaña; Argentina; Antártida.

INTRODUÇÃO

No ano de 2021, em parceria firmada com a Austrália e Estados Unidos da América, o Reino Unido deu mais um passo para demarcar sua presença na porção austral do mundo, mediante a constituição do Acordo da Aukus. O Aukus, um acordo militar que leva as iniciais dos países signatários, teve expressivos impactos na mídia e foi noticiado como uma medida de contenção à presença militar chinesa na região do Indo-Pacífico e, de acordo com nossa concepção, também no continente de gelo. A ação não é isolada. Basta lembrarmos que, no dia 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido saiu da União Europeia por meio do *Brexit*, o que foi visto como um momento histórico para a questão das Malvinas (Bilmes, 2021).

No cenário mundial, observa-se o surgimento de fatores que têm atribuído dinamicidade e incerteza quanto à manutenção da ordem mundial. Dentre estes fatores, merece destaque o recente crescimento de polos de poder alternativos, sobretudo na Ásia-Pacífico, que atualmente se configura como uma importante região da acumulação capitalista, logo, com potencialidades para reconfigurar questões de ordenamento e de distribuição de poder em escala global.

O final da década de 1970 é uma referência temporal significativa para os processos ulteriores na sociedade, na economia e nas relações internacionais da China. A modernização, articulada ao *Chinese Dream*, tem como diretrizes fundamentais um constante processo de desenvolvimento socioeconômico e uma melhor inserção internacional. O discurso geográfico vinculado a esse processo reitera constantemente o interesse em uma assertividade pacífica, ou seja, assegura explicitamente que a China visa maior participação na economia mundial e nas instâncias vinculadas à arquitetura mundial, de forma independente, porém, sem objetivar a dominação de outros povos nem a consolidação de uma hegemonia. Tal premissa ancora também o discurso geopolítico que consta na Estratégia Militar Chinesa de 2015. Conforme este documento, o desenvolvimento chinês tem finalidades pacíficas, e sua postura militar tem como premissa a estratégia defensiva, assim como a defesa da paz mundial.

Embora a manutenção da paz e a postura defensiva sejam frequentes no discurso geopolítico chinês, é possível identificar práticas que suscitam questionamentos quanto à

efetiva presença de tais valores. Disso podemos tomar como exemplo: a) a geopolítica do colar de pérolas desenvolvida no Índico, com significativos impactos na atuação regional da Índia; b) a construção das ilhas artificiais no Mar do Sul da China (Fernandes, 2018); c) a crescente presença no continente de gelo (Oliveira, 2021). Ainda podemos lembrar que, conforme Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI), China e Estados Unidos lideram os investimentos mundiais no setor armamentista, somando a cifra de 52% dos gastos mundiais, conforme dados de 2021 (SIPRI, [2022]).

Retornando nossa análise para os países ocidentais em questão, é possível perceber que a construção de alianças para fortalecer interesses não é uma novidade. Nos anos 70 do século XX, uma aliança anglo-americana foi instituída como alternativa para o restabelecimento do sistema capitalista, diante de uma crise de acumulação do capital, direcionando o sistema neoliberal e a globalização para que servissem como baluartes de atuação de diferentes países, em especial, os países periféricos e de prestígio relativo no cenário mundial (Harvey, 2011). Agora, essa nova aliança anglo-americana, que pode, inclusive, ficar identificada como Brexit – Trump, também poderá servir como um caminho para restabelecer o poder desses agentes políticos.

Outro fator importante e válido de ser mencionado nestes parágrafos introdutórios é o gradativo aumento de importância dos mares para a economia e também para a atuação geopolítica dos países. Ainda no século XX, nos anos 90, mediante processo organizado pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Mares (CNDUM), aconteceram pedidos de ampliação dos domínios marítimos dos Estados nacionais (Lampreia, 2016). A ampliação da plataforma continental representou uma possibilidade de aumentar a área de exploração econômica, em um contexto em que alguns recursos marinhos têm se tornado escassos (pescado, por exemplo). A República Argentina foi um desses países, e, pela particularidade em relação às Ilhas Malvinas (que estão sob domínio britânico), essa importância tornou-se ainda mais pronunciada quando foram descobertas as camadas de depósito de hidrocarbonetos na costa brasileira e na costa africana (Costa, 2022).

De forma conjunta, os fatos supramencionados estão articulados e acabam por indicar a possibilidade de um acirramento das disputas territoriais em torno das SMAAS, bem como a intensificação das práticas imperialistas praticadas na América Latina. Desse modo, entende-se como relevante o desenvolvimento de pesquisas que acompanham o desenrolar dessas relações, observando as estratégias empregadas na construção dos discursos geográficos e práticas geopolíticas. Este texto pretende apresentar algumas reflexões sobre os possíveis desdobramentos do acordo militar Aukus na disputa geopolítica pelas Malvinas, Antártica e Ilhas do Atlântico Sul.

O PODER BRITÂNICO E O AUKUS

O Reino Unido, que em 2019 era a quinta maior economia do mundo, tem um papel importante na economia mundial. Como potência global, tem uma despesa expressiva com assuntos militares e de defesa (SIPRI, [2022]), e seus interesses se situam nessa mesma escala geográfica. Trata-se de uma entidade política que foi (e é) protagonista na configuração do sistema mundial moderno (Wallerstein, 2007), cuja atuação, ancorada em estratégias do colonialismo, imperialismo e neocolonialismo, contribuiu para o desenvolvimento de desigualdades espaciais fundamentais à dinamicidade e à lógica capitalista.

Conforme destaca Wallerstein (2007), o atual sistema mundial moderno foi (e é) instituído a partir da importância inequívoca do espaço, visto que a expansão de uma dada economia-mundo foi o alicerce para a instituição de zonas de expressivo poder e centralidade no conjunto de entidades políticas formadas. O Reino Unido é, sem sombras de dúvidas, um país que pode ser considerado como parte dessas zonas de poder/centralidade a que Wallerstein se refere, conservando práticas de poder que ainda remetem à lógica imperial para estruturação de seu poderio e atuação mundial.

A lógica do império é definida por Arrighi (2016) como o domínio de um território para mobilizar recursos. Refere-se ao conjunto de estratégias diplomáticas, políticas e militares invocadas e aplicadas por um dado Estado para assegurar seus interesses e realizar seus projetos. Trata-se de uma lógica com clara conotação territorial para estruturar uma condição de poder e atuação nas relações entre as entidades políticas, sendo também identificada como lógica territorial.

David Harvey (2005), a partir de intenso diálogo com a obra de Arrighi (2016), e tendo como foco os Estados Unidos da América, destaca que, contemporaneamente, há o predomínio do imperialismo do tipo capitalista, uma vez que a articulação da lógica do Estado e império com os processos moleculares do capitalismo tem resultado em um conjunto de práticas de poder cujo principal objetivo é garantir o acesso a determinados recursos, sem necessariamente deter o controle territorial direto – situação que pode ser exemplificada com a abertura das economias nacionais à atuação de empresas estrangeiras, como ocorre na exploração de hidrocarbonetos ou nos licenciamentos para a pesca nas zonas pesqueiras próximas das Malvinas. É interessante frisar que essa lógica capitalista é aplicada articuladamente com a lógica territorial e pode resultar em benefícios para o conjunto de países que atuam em consenso com o *hegemon* (país que controla e regulariza o ciclo sistêmico de acumulação), dado que o abastecimento mundial de certos recursos é um desejo comum a diferentes países. Portanto, embora Harvey utilize o entendimento de práticas do

imperialismo do tipo capitalista para abordar os EUA, sugere-se que referidas práticas também integrem ações de outros países centrais.

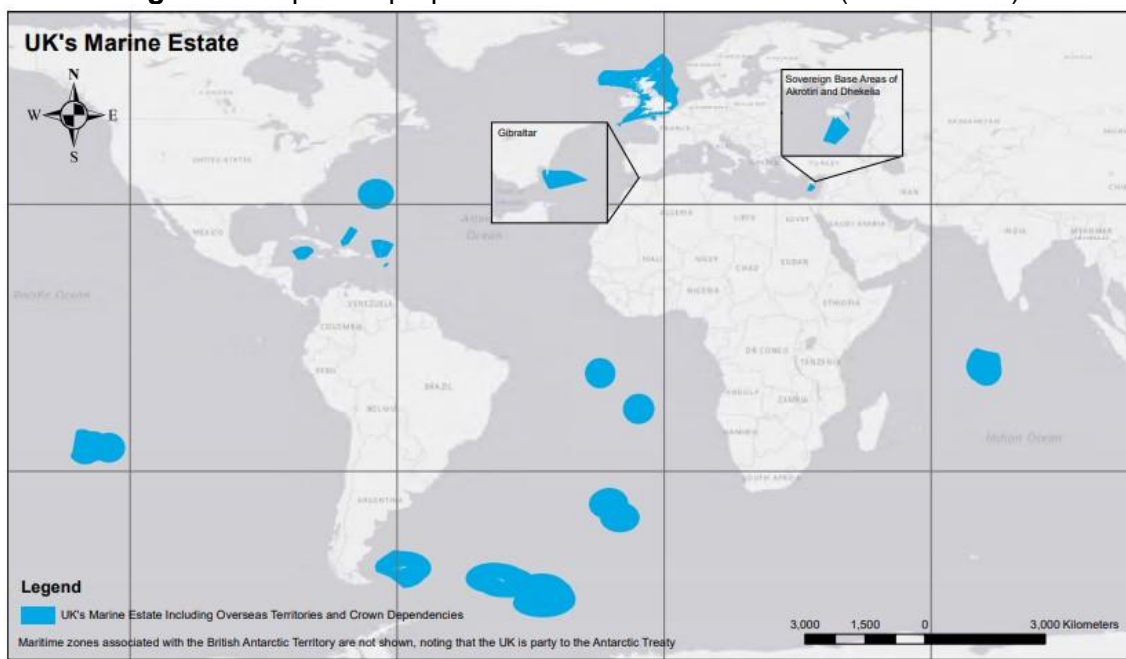
Em seu processo de expansão geográfica durante o século XIX, o imperialismo britânico territorializou sua presença em distintas áreas do planisfério, como América, Índia e também o atual Oriente Médio. À época, se comparado com outros países imperiais, em nada seria distinto, já que certos impérios, como Portugal e França, também eram significativamente espalhados pelo mundo. Porém, mais do que se dedicar ao controle de vastas extensões territoriais ou se manter atrelado a atividades terrestres, o poderio britânico foi cimentado também na atuação nos mares (Mahan, 2013), tendo em vista garantir o controle de pontos geoestratégicos não apenas na circulação das mercadorias de negociação britânica, como também nas rotas fundamentais ao comércio mundial. A atuação marítima foi parte fundamental do poderio britânico, tendo como objetivo exercer controle sobre os circuitos espaciais constituídos entre diferentes pontos do globo, de modo que acabava por ter acesso a fluxos mercantis e à circulação de pessoas (presença de outro Estado) e de informações. Se, ao longo do enfraquecimento do império, no entanto, algumas colônias e protetorados obtiveram independência, deixando de estar submetidos ao jugo britânico, o controle territorial de certos pontos geográficos mundiais permaneceu inalterado. E são exatamente essas localizações dispersas por importantes áreas mundiais que ainda ratificam a vastidão da presença britânica pelo globo. As posses britânicas envolvem: as Ilhas Britânicas, as Ilhas de Man e Guernsey (dependências da Coroa), Gibraltar, Acrotí e Deceleia, Bermudas, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Anguilha, Ilhas Cayman, Montserrat, Ilhas Pitcairn, Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha (as três últimas de forma conjunta), Território Britânico no Oceano Índico, Ilhas Malvinas, Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul; o Território Antártico é narrado e anunciado como de posse britânica.

Na Figura 1, obtida do documento da *National Strategy for Maritime Security*, podemos identificar a localização da propriedade da marinha britânica, incluindo territórios ultramarinos e dependências da Coroa. Neste mapa, não estão representadas as posses marítimas atreladas ao setor antártico. A imagem permite-nos verificar a presença britânica com base em sua força marítima.

Para Mahan (2013) existe uma diferença crucial entre poder marítimo e poder naval, sendo que este último se refere a expressão do poderio militar, enquanto que o poder marítimo se concretiza na capacidade política, econômica e militar de uma potência em usar o mar. Para o autor o controle de diferentes entrepostos era fundamental para estruturar melhores condições de mobilidade marítima a uma determinada frota. Tais entrepostos poderiam ser portos amigos ou mesmo colônias de caráter militar ou comercial já estabelecidas no ultramar. Em conjunto com outras características (posição geográfica, perfil e postura dos governos e habitantes), eles foram primordiais para que os ingleses detivessem a importância militar e

econômica de que usufruíram. É claro que a posição geográfica do domínio territorial é importante, no que concordamos com Mahan (2013), mas é essencial acrescentar que, em articulação com tais condicionantes, a Inglaterra também conseguiu controlar a criação de normativas mundiais que contribuiriam para a estabilidade e o funcionamento de um dado sistema que lhe era benéfico, consolidando o que Arrighi (2016) identificou como ciclo sistêmico de acumulação britânico.

Figura 1: Mapa das propriedades marítimas britânicas (ano de 2022)



Fonte: HM Government, (2022).

Recentemente, algumas ações britânicas têm chamado a atenção pela possibilidade de indicação de mudanças na dinâmica das relações de poder na escala global. Uma delas foi a saída da União Europeia, iniciada em junho de 2016 e finalizada em 31 de janeiro de 2020, evento identificado como *Brexit*. É preciso considerar que esse movimento de nacionalismo britânico antieuropeísta não é algo totalmente novo, remontando à “excepcionalidade inglesa”, que marcou o reinado de Enrique VIII e a criação do anglicanismo no século XVI. O ingresso tardio na Comunidade Econômica Europeia, a manutenção da libra esterlina como moeda nacional e a recusa de integrar o Espaço Schengen são fatos que exemplificam como as relações entre Grã-Bretanha e Europa foram tecidas sobre um terreno de interesses em comum e tensões (Renni; Santos, 2016). A saída dos britânicos do bloco regional também representa a possibilidade de constituição de novas alianças para projetos que poderiam não ser bem acatados pela comunidade regional europeia. Para Bilmes (2021), o *Brexit*, quando analisado em conjunto com a ascensão de Donald Trump ao poder dos EUA, pode ser

entendido como indicação de uma ordenação espaço-temporal para dar conta das crises capitalistas do início do século XXI.

Si en los años ochenta la “contrarrevolución neoconservadora” comandada por la alianza Thatcher-Reagan había sido decisiva para restaurar la primacía capitalista occidental en un mundo en crisis, impulsando el programa neoliberal y el régimen de acumulación flexible bajo comando del capital transnacional, la dupla Brexit-Trump parece apuntar a lograr lo mismo, pero con contenido inverso. Acontecidos también en el seno del polo de poder angloamericano, estos fenómenos expresaban fuerzas y articulaciones político-sociales de signo antiglobalista y nacionalista conservador (también denominados como “populismos de derecha” por ciertos sectores intelectuales) que propugnaban recuperar el antiguo esplendor imperial de sus naciones, debilitadas – paradójicamente – por el avance globalizador. Y es que las clásicas “soluciones espacio-temporales” de la sobreacumulación de capital [...] habían golpeado fuertemente sobre diversas regiones anteriormente centrales y ahora periferalizadas en las cadenas globales de valor (el ejemplo célebre es el “cinturón del óxido” en EEUU), dando lugar a desindustrialización y pérdida de nivel de vida en amplias capas de trabajadores. De este modo, la globalización era puesta muy fuertemente en cuestión desde el seno de las mismas potencias que la habían impulsado (Bilmes, 2021, p. 2-3).

Para Bilmes, dentre os interesses nessa ação, está o objetivo de fortalecer a atuação britânica na política mundial, bem como em sua relação com seus territórios ultramarinos, considerando-se que, nas últimas décadas, também se tem questionado a permanência do colonialismo no século XXI, em que o domínio das Ilhas Malvinas é só um dos exemplos dessa longa duração colonial. Essa interpretação de Bilmes, com a qual concordamos, pode ser reforçada quando se leva em conta o prefácio da Estratégia Nacional de Segurança Marítima do Reino Unido, de agosto 2022, onde é possível localizar a seguinte passagem:

A saída da União Europeia deu-nos a capacidade de desenvolver políticas e estratégias que representam as prioridades e valores que mais importam para os britânicos. A Estratégia Nacional de Segurança Marítima capta isso. Ela claramente define a segurança marítima e o que isso significa para o Reino Unido, reconhecendo os impactos de longo alcance de fontes de insegurança sobre o povo britânico e nossos interesses globais (HM Government, 2022, p. 6, Tradução nossa)².

Uma segunda ação, foco deste trabalho, foi a constituição do acordo Aukus. O Aukus corresponde a um acordo de segurança, anunciado em 15 de setembro de 2021 e comunicado pelo Primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, e pelo Primeiro-ministro da Austrália, Scott Morrison. Trata-se de uma parceria estratégica, que reúne os Estados Unidos, o Reino Unido

² “Leaving the European Union has given us the ability to develop policies and strategies that represent the priorities and values that matter most to the British people. The National Strategy for Maritime Security captures this. It clearly defines maritime security and what this means for the UK, recognising the far-reaching impacts from sources of insecurity on the British people and our global interests”.

e a Austrália, com a finalidade de compartilhar conhecimentos avançados de defesa e equipar as forças Australianas com submarinos movidos a energia nuclear, em substituição da antiga frota australiana de propulsão convencional. Pelo que foi anunciado, a Austrália desempenha um papel importante na distribuição espacial de força militar, pois há um esforço para ampliar a presença no entorno do Oceano Índico e Pacífico. A parceria trilateral anunciou que, dentre seus objetivos, está a de promover a cooperação para a segurança na região do Indo-Pacífico, conforme anunciado por Morrison (Novita, 2022). É importante frisar que fazia mais de 30 décadas que não se firmavam novas parcerias militares nessa região e mais de 50 anos que os EUA não assinavam acordos de compartilhamento de tecnologia submarina, sendo a última parceria firmada com o Reino Unido – um dos parceiros do recente acordo (Novita, 2022).

O Aukus encaixa-se muito bem nas práticas políticas adotadas pela Casa Branca e Grã-Bretanha a partir de 2016, privilegiando as relações com parceiros mediante acordos bilaterais, com enfoque em interesses nacionais dos países envolvidos, em vez de interesses regionais. O acordo configura-se como mais uma possibilidade de aprofundamento das relações tecidas entre os três países, tendo em vista que a Austrália já recebe tecnologia militar de ponta, como mísseis hipersônicos e drones militares.

O Reino Unido e os EUA são países que detêm uma aliança muito próxima, motivada também por suas heranças culturais anglo-saxônicas. Ao longo do século XX, estabeleceram ações que foram se estreitando, como, por exemplo, pela Carta do Atlântico de 1941, a qual foi um acordo que instituiu algumas diretrizes para o mundo pós-guerra, envolvendo assuntos desde liberdade comercial, cooperação econômica global, ajustes territoriais em conformidade com os interesses dos povos, etc. Ambos são países com interesses e projeções globais. Apesar de afirmarem preferir a paz e a estabilidade e de sustentarem um discurso de não proliferação de armas nucleares, a postura diverge conforme a situação. Basta lembrar o evento em que os EUA retiraram as sanções impostas à Índia nos anos 1990, quando compreenderam que as armas indianas poderiam servir como um contraponto ao poderio chinês. Isso claramente violou os princípios internacionais do Tratado de Não Proliferação Nuclear, do qual esses países são signatários. O Reino Unido, por sua vez, juntamente com a Polônia e a Austrália, apoiou a polêmica invasão do Iraque pelos EUA.

Outro fator extremamente pertinente para compreender as dimensões do acordo é a mudança da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) dos Estados Unidos, anunciada em dezembro de 2017. Os documentos vinculados com os interesses securitários e internacionais dos países geralmente são de caráter abrangente, e neles são definidos os interesses nacionais do país, seus objetivos estratégicos, bem como as metas e as ações propostas para assegurar os interesses securitários. Segundo Fiori (2018), todos os governos americanos

fazem o mesmo e definem – sucessivamente – seus próprios objetivos e metas, mas enganase quem pensar que este novo texto (estadunidense) seja apenas mais um documento sequencial e burocrático.

Longe de ser apenas um movimento idiossincrático do governo Trump, as diretrizes foram elaboradas de forma conjunta pelo Departamento de Estado, Pentágono, Agência de Inteligência Central (CIA), Departamento do Comércio, Secretaria do Tesouro e todas as agências de informação do governo americano (Fiori, 2018), ou seja, poderá nortear as ações de governo posteriores à sua publicação. Sucintamente, é possível afirmar que a DSN de 2017 retoma os princípios da geopolítica das nações como baluarte de suas relações internacionais, tendo preferência pela defesa explícita dos seus interesses nacionais e abandonando o “cosmopolitismo liberal”, voltado para “interesses universais”, que caracterizou a política externa desde 1991. Essa mudança de postura do *hegemon* indica a valorização de um sistema internacional operacionalizado mais por interesses nacionais do que por interesses coletivos, regionais ou mundiais. E é exatamente neste ponto que há uma convergência com a postura britânica, haja vista que o Reino Unido também tem colocado os seus interesses como superiores aos regionais.

A partir da instituição do acordo Aukus, a Austrália passa a desempenhar um papel mais ativo no equilíbrio de forças naquela região do Indo-Pacífico, que é uma agenda prioritária dos EUA. O histórico de relações com a China poderia ser considerado amistoso, com um enfoque bastante comercial. Porém, as restrições da China às exportações australianas em 2020 (Kirchner, 2021) serviram como um elemento de desgaste e desconforto, tendo sido interpretadas como uma punição de natureza geoeconômica a posturas adotadas pela Austrália.

O Aukus é uma estratégia marítima de poder geopolítico que amplia a presença anglo-americana para o mundo. Se observarmos a posição em que esses países estão e analisarmos a capacidade de projeção a partir dessa localização, poderemos constatar que se constroem condições para que mais espaços sejam incorporados na órbita de poder e influência desses agentes. Os EUA, por disporem de uma vasta saída para ambos os oceanos mais próximos, Pacífico e Atlântico, detêm a possibilidade de circulação e atuação expressivas nesses espaços e em suas proximidades. O Atlântico Norte, assim como o Mar Ártico, está sob influência dos EUA e do Reino Unido, sendo ambos integrantes da OTAN, instituição que atua não somente nas águas do Norte, como também em questões territoriais, como pudemos ver recentemente no conflito entre Ucrânia/OTAN e Rússia. Vale ressaltar que, da perspectiva britânica, a Austrália representa mais um ponto de apoio às operações de seu interesse na porção do Sul global, pois assim o Reino Unido marca sua presença na região – embora exista o território ultramarino britânico nos atóis do arquipélago de Chagos, a presença britânica no Pacífico Sul ainda é menos expressiva quando comparada com a

presença no Atlântico. Com o acordo, o Reino Unido assumiu o compromisso de mostrar-se mais atuante em uma área onde não detinha grande presença, em comparação com os EUA, por exemplo. Como parceria e mediante atuação conjunta, o Aukus garante uma extensão geográfica significativa de influência para os interesses desses países.

É importante registrar que a localização ou posição geográfica, como também é conhecida, é relevante para o desenvolvimento de operações bélicas. Todavia, a capacidade de atuação e projeção de poder está além dela, na articulação de condições espaciais e instrumentos (financeiros, tecnológicos, bélicos etc.) que viabilizem as ações. A situação física não é, por si só, um trunfo, mas abre uma possibilidade para uso de forma estratégica.

Para o Reino Unido, o ingresso em um acordo dessa envergadura é algo extremamente importante, funcionando como um agrupamento de apoio e cooperação logo após a sua saída da União Europeia. Historicamente, Austrália e, sobretudo, EUA são países aliados ao Reino Unido, de modo que o apoio mútuo entre esses países não é inédito. Entretanto, em virtude da saída da União Europeia, o que implica uma redução da rede de relações para conquista de apoio diplomático, o Aukus tem uma contribuição relacionada à imagem política do Reino Unido. No contexto de uma recente saída do bloco de maior expressividade do regionalismo europeu, o Aukus é relevante para demonstrar a existência de apoio e aliados aos interesses britânicos. Essa demonstração (de apoio e consenso) é essencial para validar os projetos do Reino Unido, bem como influencia a leitura que outros países podem efetuar em relação à essa entidade política. Ou seja, embora tenha saído da União Europeia, o Reino Unido ainda desfruta de consenso de países centrais para cooperar em suas intenções.

O Aukus afetou tanto o Indo-Pacífico quanto o Atlântico Norte. É evidente que os EUA usarão os aliados para a contenção da China, e isso poderá servir como uma moeda de troca para esses aliados para que seus interesses sejam apoiados pelos EUA. O mesmo raciocínio é válido para o Reino Unido, ou seja, a instituição dessa parceria militar também servirá como moeda de troca dos britânicos para angariar apoio aos seus projetos.

OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DO AUKUS NO SISTEMA MALVINAS, ANTÁRTICA E ATLÂNTICO SUL

Se o Aukus é voltado para o Indo-Pacífico, declaradamente com o objetivo de conter o avanço militar da China, como pode estar relacionado com o SMAAS? Essa pergunta é central para realizarmos as articulações entre as partes apresentadas e a ideia central.

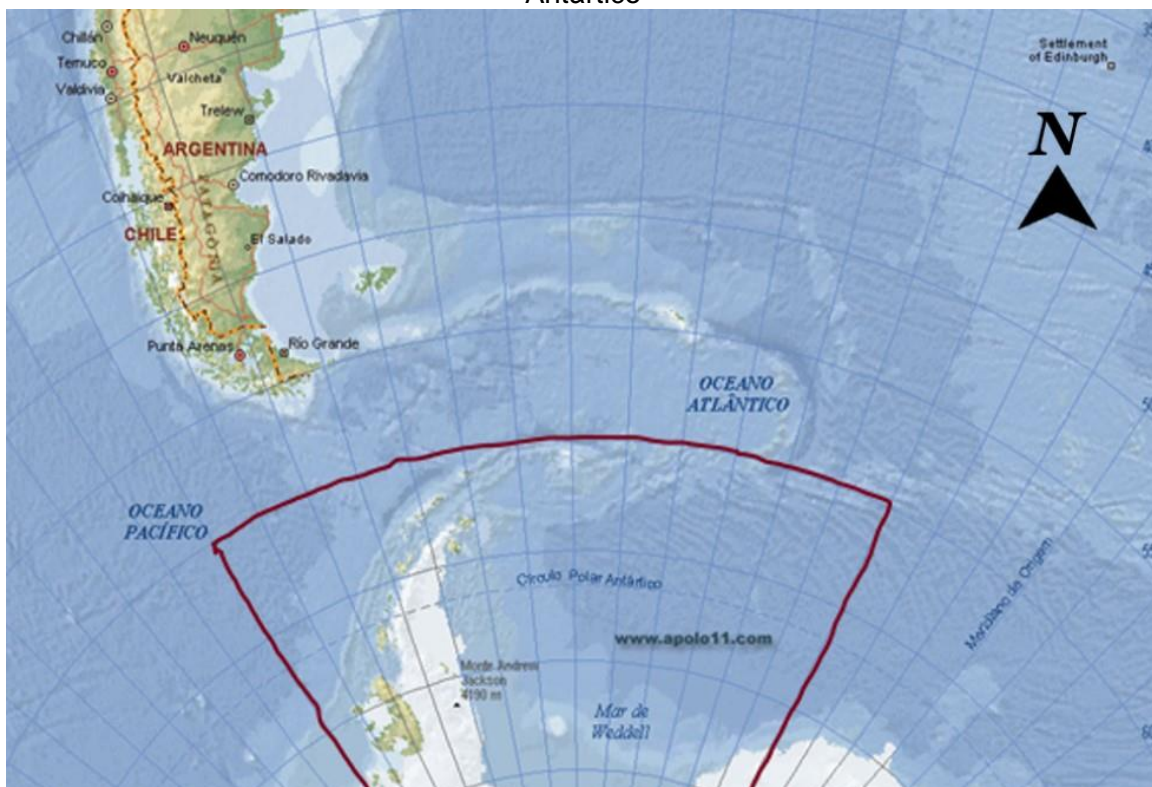
Para tentar responder essa pergunta, empregamos algumas aproximações. A primeira, de caráter muito didático, é efetuarmos uma análise em escala mundial, tendo como base uma imagem geográfica que não seja o clássico planisfério com a Europa no centro, dado

que, por essa projeção, há uma impressão de distância expressiva entre aquelas áreas. Sem essa leitura ilusória, fica mais visível a projeção do Aukus no Atlântico através do Pacífico, seja pelo Canal do Panamá, pelo Estreito de Magalhães ou pelo Estreito de Drake. Inclusive, a área objeto da requisição setorial britânica é limítrofe ao Oceano Pacífico, requisição esta que também se sobrepõe aos interesses chilenos e argentinos.

Embora sejamos levados a pensar a presença britânica na Antártica como uma projeção da sua presença nas Ilhas Malvinas, isso não inviabiliza a possibilidade de um uso vantajoso de tais condições no Pacífico. Aliás, se o território, porventura, for reconhecido como britânico, o SMAAS poderá funcionar como um entreposto de comunicação entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

Na Figura 2 há o enfoque na proximidade entre a América do Sul e o Continente Antártico, para subsidiar o exposto nestes parágrafos. Na figura, é possível identificar parte da requisição setorial britânica (em vermelho), que, além de abranger a área mais utilizável do continente de gelo (a Península Antártica), também engloba uma área marítima, na qual está o Estreito de Drake, em virtude do conceito de mar territorial.

Figura 2 – Imagem do extremo sul do continente sul-americano e parte do Continente Antártico



Fonte: América [...], (2022).

Essa possibilidade de criar mais um entreposto é crucial para a circulação que poderá vir a estabelecer-se na porção austral com a exploração da Antártica, ampliando a quantidade

de nodosidades da rede de poder anglo-saxônica. A exploração econômica de recursos estratégicos situados na Antártica pode atribuir-lhe novamente uma importância geoestratégica, vinculada à circulação de fluxos nessa área, considerando-se que já existe uma comunicação – o Estreito de Magalhães. Porém, este perdeu sua importância a partir da criação do Canal de Panamá, situado mais próximo das principais rotas do comércio global.

Em um segundo movimento de aproximações, destacamos a importância econômica do continente de gelo. A Antártica é atualmente considerada como uma área de interesse internacional, cujas atividades devem estar vinculadas a fins pacíficos, de cooperação internacional e científicos. A proximidade geográfica desse continente com o conjunto de ilhas e o continente sul-americano é um motivo para que seja necessário compreendê-la de forma relacional, visto que, para fins geopolíticos, as questões relacionadas com a mobilidade e circulação têm um papel crucial. Aqui, concordamos com Caplan (2012) quando afirma que essas entidades geográficas, dotadas de particularidades, quando observadas pela perspectiva geopolítica, em especial pela geopolítica sulamericana, devem de ser abordadas de forma integrada, mesmo que as argumentações sustentadas para cada área singular sejam distintas. Desse modo, quando falamos que o controle das Ilhas Malvinas funciona para a Grã-Bretanha como uma projeção para o continente de gelo, isto se deve ao fato de as ilhas serem usadas como um entreposto de circulação para o continente de gelo. É importante indicar que principal argumento empregado pelo Reino Unido para manter seu domínio colonial nas Ilhas Malvinas é a autodeterminação dos povos. No ano de 2013, a Assembleia Legislativa das Ilhas convocou um referendun para consultar os colonos se desejavam prosseguir sendo parte da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Todavia, esse argumento não pode ser aplicado para as demais ilhas do Atlântico Sul, que não são habitadas, nem para a Antártica.

As Ilhas Malvinas, além do papel de entreposto, detêm uma função relevante na economia britânica, especialmente nos setores de pescada e de produção de petróleo (Camargo, 2015; Margheritis, 1991). A sobrepesca desenvolvida no Mar do Norte tem implicado o aumento da dependência da produção das águas do Atlântico Sul (Costa, 2022), o que também tem resultado na modernização do porto pesqueiro em Standley, capital das ilhas. Com previsão para conclusão no ano de 2022, o porto de águas profundas contemplará interesses da pesca industrial e também serve a interesses geoestratégicos nessa região. Segundo informa Mahan (2013), uma infraestrutura portuária ou qualquer outra que atenda à comunicação com as águas marítimas, mesmo que o uso predominante seja o econômico, deve ser analisada como parte da infraestrutura do poder naval de um dado Estado, tanto no uso quanto na compatibilidade de tecnologia e infraestrutura. Assim, é óbvio que, ainda que sejam inegáveis os interesses comerciais nessa modernização territorial, o processo se

inscreve em um conjunto de ações para ampliar o poder estatal na área, uma vez que a reestruturação física favorecerá a navegação de maior calado – o que é propício à tecnologia militar marítima atual. Aqui, aparece de modo muito evidente a articulação entre a lógica territorial e a lógica capitalista do imperialismo contemporâneo (Arrighi, 2016; Harvey, 2005), que mencionamos anteriormente.

Os hidrocarbonetos também são recursos que desempenham um papel protagonista nas relações anglo-argentinas, dado o seu caráter vital para o modelo econômico vigente. Atualmente, a Inglaterra explora petróleo nas bacias sedimentares próximas das Ilhas Malvinas, o que é crucial para o abastecimento doméstico inglês. Além dessas bacias, há a possibilidade de esse recurso também estar localizado em solo antártico – possibilidade especulada a partir da descoberta de petróleo na costa sul-africana e sul-americana.

A Antártica é o único continente que ainda não está habitado, o que se deve às suas condições hostis, que lhe conferem vários superlativos: o mais inóspito, o mais alto, o mais seco, o mais desértico, o mais frio e o mais ventoso. Apesar de atualmente as atividades humanas no continente estarem destinadas apenas para fins da ciência e paz, isso não impede que práticas econômicas, militares e logísticas sejam futuramente desenvolvidas nesse espaço. É oportuno destacar que, dentre as principais características do atual sistema econômico, a expansão geográfica e a produção espacial desempenham um papel único nas resoluções de crise de acumulação, como na criação das condições para a acumulação ampliada.

Dentre os recursos e atividades que podem futuramente ser explorados na Antártica, estão: turismo (que já é realizado), aproveitamento da energia eólica (já empregado pelas estações de pesquisa conforme Brasil ([2022])), captura de *icebergs* para consumo de água doce e exploração mineral (petróleo, prata, cobre, cromita, ouro). O aproveitamento de *icebergs*, uma prática já bastante desenvolvida no Polo Norte, também passa por questões do direito internacional e pode ser motivo para atritos entre as nações – apesar de estarem à deriva, não há consenso quanto a esses blocos de gelo serem *res nullius*.

Conforme apresentamos nas partes iniciais deste trabalho, a expansão territorial e a produção do espaço têm um papel fundamental para recriar condições para a permanência do sistema capitalista (Arrighi, 2016; Harvey, 2005; Wallerstein, 2007), sobretudo nos contextos de crise de acumulação. Desse modo, a Antártica pode representar uma fronteira geográfica para a expansão do capitalismo em um tempo futuro, garantindo o processo de acumulação ampliada a partir da produção espacial no referido continente.

Em uma terceira e última aproximação, exploramos a relação entre Aukus e disputa anglo-sul-americana. Dentre os objetivos do Aukus, o interesse na contenção do poderio chinês (e, em menor preocupação, da Rússia) tem um papel estrutural na condução das políticas e projetos advindos desse acordo. É evidente que o Indo-Pacífico é uma região de

interesse, se considerarmos a importância econômica do Sudeste Asiático e a relevância geoestratégica do Mar do Sul da China, composto por vários estreitos, em especial o Estreito de Malaca (Fakhoury, 2019; Fernandes, 2018). Porém, sugere-se que esse acordo também terá desdobramentos na SMAAS. Isso porque, para que a contenção sino-russa ocorra, deverá haver um fortalecimento do Reino Unido mediante esse acordo, o qual terá resultados diretos na disputa anglo-sul-americana, em desfavor dos países sul-americanos.

Afirmamos isso por duas razões. A primeira é porque a presença chinesa também tem sido intensificada na Antártica nos últimos anos, o que não passou despercebido pelas demais potências globais. Enquanto o Reino Unido possui cinco estações (duas permanentes e três temporárias), a China tem quatro e vem intensificando o desenvolvimento de pesquisas científicas relacionadas à Antártica. A Rússia, país parceiro da China, possui nove bases militares. Paralelamente a isso, a China tem uma expressiva geopolítica marítima, sobretudo no Oceano Índico, por meio da prática do “colar de pérolas”, estando também envolvida na disputa litigiosa no Mar do Sul da China (Fernandes, 2018). Além dessa presença marítima, é preciso lembrar a projeção territorial e marítima chinesa mediante os megaprojetos construídos para consolidar a *One Belt, One Road* (Pautasso; Ungaretti, 2017), com distintas rotas que integram Eurásia, Europa, Ásia, Oriente Médio e África. Para Oliveira (2021, p. 114):

A China não reivindica formalmente a região antártica, mas gradativamente expandiu a sua presença e as suas operações ao longo dos anos. Atualmente, o governo chinês gasta mais do que qualquer outro Estado em novas infraestruturas na região, construindo bases, aviões, quebras gelos (*sic.*) e etc. [...]. Refletindo sobre um cenário futuro de escassez, cabe analisarmos como a atuação chinesa na região tem se desenvolvido e quais os obstáculos futuros que ela poderia impor como um possível ator revisionista (mesmo que outros também possam emergir e adentrar a disputa) na região.

Ou seja, se há interesses em conter a China no hemisfério sul, e considerando a importância da Antártica futuramente, pode haver convergência de práticas de poder projetadas para garantir uma porção setorial ou assegurar maior influência no continente de gelo, mediante a consolidação de outros projetos paralelos e articulados, como a disputa com os países sul-americanos. O confronto, portanto, poderá ser mais acirrado, e é fundamental lembrar que Reino Unido e Argentina/Chile têm poderio político muito desigual.

Vale ressaltar que os EUA e a Austrália igualmente têm interesse no espaço antártico. A Austrália também reivindica uma área, que, inclusive, incorpora o setor requerido pela França. Já os EUA, que também é signatário do Sistema do Tratado Antártico e de acordo com este tratado, não possui nenhuma requisição setorial oficialmente registrada, mas desfruta do direito de apresentar uma reivindicação futuramente. Por enquanto, os EUA demarcam sua presença no continente de gelo através do desenvolvimento de pesquisas

científicas na região, onde também têm bases. No ano de 2016, o governo de Maurício Macri autorizou a construção de uma base militar norte-americana em Ushuaia, que seria um entreposto logístico para as pesquisas norte-americanas na Antártica.

Conforme registrou Galeano (2018), a América Latina consistiu (e consiste) em um espaço tomado como extensão dos interesses hegemônicos ocidentais. Historicamente, tem sido alvo de ações imperialistas, que se desdobram em diferentes práticas, desde a imposição coercitiva de agendas de ajustamento interno, orientadas pelo Consenso de Washington, até o apoio a alterações de regimes políticos não aliados aos interesses das grandes potências. Nesta última modalidade, podem ser mencionados como exemplos o apoio aos regimes autoritários burocráticos do século XX, bem como os neogolpes que afetaram os governos progressistas no século XXI.

Uma segunda razão, já um pouco expressa nos parágrafos acima, é que a América Latina, desde finais do século XIX, é entendida, sob a perspectiva estadunidense, como um espaço privilegiado de projeção do poder e influência daquele país. Conforme sustenta Bandeira (2008, p. 12):

A Segunda Guerra Mundial evidenciou a importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos, que necessitavam não apenas assegurar as fontes de matéria-prima – ferro, manganês e outros minerais indispensáveis à sua indústria bélica – como também manter a segurança de sua retaguarda e do Atlântico Sul. O Brasil fornecia aos Estados Unidos produtos agrícolas, borracha, manganês, ferro e outros minerais estratégicos. Mas sua posição no subcontinente, a América do Sul, revestia-se de maior relevância geopolítica, devido ao imenso espaço territorial, aos recursos que possuía e ao fato de ter fronteiras com todos os países da região (exceto Chile e Equador), além de ocupar grande parte do litoral do Atlântico Sul, defrontado com a África Ocidental.

Mesmo que a doutrina Monroe não esteja mais em vigor, essa leitura espacial permanece, visto que “[...] a importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos, para manter a hegemonia global, está em larga medida e intrinsecamente vinculada à sua dimensão econômica e comercial” (Bandeira, 2008, p.15). Tal interpretação dialoga com a ideia de imperialismo do tipo capitalista, mencionada por Harvey e já citada neste trabalho. Assim, interessa tanto aos EUA quanto ao Reino Unido que essa região permaneça como uma aliada da hegemonia estadunidense.

Entretanto, desde os anos 2000, ainda que possam ser registradas algumas exceções e alguns retrocessos políticos, houve a emergência de governos progressistas, por alguns identificados também como Onda Rosa. Nesses governos, tem-se observado que as relações exteriores foram caracterizadas por esforços para construção de alianças e relações com países emergentes e/ou periféricos, visando estreitar relações no perfil sul-sul, como forma de contestar a distribuição de poder mundial. Nessa perspectiva, embora não assumindo uma

postura hostil e de enfrentamento aos tradicionais polos de poder mundial (EUA e seus países aliados), tem se desenvolvido uma agenda que desprivilegia as articulações e enfoques sugeridos pelos países hegemônicos ocidentais. Nessa prática de reordenamento das relações exteriores, é destaque a aproximação com países como China e Rússia, os quais, por diferentes estratégias geopolíticas, têm uma expressiva atuação na disputa de poder mundial. Ainda como destaque regionalizado, menciona-se a constituição do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), da União das Nações Sul-americanas (UNASUL), cuja finalidade era fomentar o intercâmbio no campo da segurança regional mediante decisões acordadas pelos Estados membros em uma inovadora manifestação de regionalismo pós-hegemônico (Granato; Batista, 2018). No conjunto de atividades desse mecanismo, podem ser destacadas: elaboração de políticas de defesa conjunta, intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa, integração de bases industriais de material bélico e medidas de fomento de confiança recíproca.

O desenvolvimento desse conjunto de práticas no campo das relações exteriores dos países sul-americanos pode ser interpretado como uma situação que afeta os interesses dos EUA e desperta (novamente) o desenvolvimento de ações de *soft power* para a ascensão de regimes aliados na América do Sul. Isso, então, resultaria em um contexto de redução das condições de desenvolvimento de práticas soberanas, em instabilidade político-econômica e também em desagregação das instituições políticas nesses países, a fim de que permaneçam, política e economicamente, na histórica e estrutural condição de periferia do sistema mundial moderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto podemos indicar que a composição do Aukus representa um passo pertinente para os interesses britânicos, seja em relação ao Indo-Pacífico, assim como para o Atlântico Sul, por interesses econômicos e geopolíticos também. A constituição do acordo, logo após a saída da União Europeia, assegura parcerias e presença em uma importante região de circulação mundial, que de forma gradativa tornou-se muito significativa no conjunto de relações de poder em escala mundial. Enquanto que no Indo-Pacífico representa um movimento de tentativa de contenção do avanço da presença chinesa, no Atlântico Sul se inscreve em um recorte delicado e antigo de relações de disputas territoriais.

O poder britânico assentando em pilares econômicos e nas diversas possessões territoriais pelos mares, articulado com o Aukus representa também um fortalecimento nas disputas no Atlântico Sul, especificamente em relação as Malvinas, Ilhas do Atlântico Sul e

também sobre a Antártida (SMAAS). O SMAAS é dotado de importância para setores econômicos (petróleo e pesca, por exemplo), circulação e manutenção de conquistas territoriais efetuadas durante o ciclo sistêmico de acumulação britânico (1815 – 1914), de modo que isso funcione como um recurso imagético significativo nas relações e no prestígio mundial. O Atlântico Sul, embora não seja mais tão vital para a circulação mundial como fora antes da inauguração do Canal do Panamá, ainda é palco de disputas territoriais, seja com a China mediante o financiamento de projetos no continente sul-americano, seja pela pesca, assim com a República Argentina. Esse último país possui um histórico de relações de atrito com os britânicos que não se resume ao controle das Ilhas Malvinas, mas em todo o SMAAS, tornando a situação mais delicada.

REFERÊNCIAS

- AMÉRICA do Sul e Central: Cone Sul. **APOLLO11**, [s. /], [2022]. Disponível em: https://www.apolo11.com/mapas.php?mapa=mapa_mundo_22. Acesso em: 21 out. 2022.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 50, p. 7-35, jul./dez. 2008.
- BILMES, Julián. La cuestión Malvinas ante la crisis y transición del sistema mundial: perspectivas frente al Brexit. **Geograficando**, Buenos Aires, v. 17, n. 1, p.1-21, 2021. Disponível em <https://www.geograficando.fahce.unlp.edu.ar/article/view/GEOe095>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Comissão Interministerial para os Recursos do mar. **O que há de novo?** Brasília, DF: Marinha do Brasil, [2022]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/ferraz-novo>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- CAMARGO, Felipe. **Geoestratégia das Ilhas Falkland: conflito entre Argentina e Reino Unido**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Rio Claro, 2015.
- CAPLAN, Sergio. Malvinas y Antártida: un mismo reclamo. **Observatorio Polar**, [Buenos Aires], n. 13, 2012,
- COSTA, Gabriel Iagher. **A disputa territorial no Atlântico Sul e Antártida: ações da Argentina entre 2000 e 2020**. 2022. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- FAKHOURY, Renato Matheus Mendes. As disputas marítimas no mar do sul da China: antecedentes e ações militares no século XXI. **Conflitos Internacionais**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-9, 2019.
- FERNANDES, Felipe Gusmão Carioni. **Geopolítica e geoeconomia do Mar do Sul da China: as disputas do gigante asiático pelo domínio de espaços marítimos estratégicos** - 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- FIORI, José Luís da Costa. Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos Estados Unidos. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 10-17, 2018.

- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- GRANATO, Leonardo; BATISTA, Ian Rebouças. Regionalismo e desenvolvimento na América do Sul. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 201-222, maio/ago. 2018
- HARVEY, David. **O enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HM GOVERNMENT. **National strategy for maritime security**: presented to parliament by the secretary of state for transport by command of her majesty. London: HM Government, August. 2022. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/1100525/national-strategy-for-maritime-security-web-version.pdf. Acesso em: 2 set. 2022.
- KIRCHNER, Stephen. **A geoeconomic alliance**. Geelong: Australian Institute of International Affairs, 2021. Disponível em: <https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/a-geoeconomic-alliance/>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- LAMPREIA, Rui Pedro. A extensão da plataforma Continental como ameaça à segurança marítima: o caso da Antártida. **Revista de Ciências Militares**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 15- 41, maio 2016.
- MAHAN, Alfred T. Análisis de los elementos del poder naval. **Geopolítica (s)**: Revista de estudios sobre espacio y poder, Madrid, v. 4, n. 2, p. 305-334, 2013.
- MARGHERITIS, Ana. Os recursos energéticos das Ilhas Malvinas e sua relação com o conflito anglo-argentino. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.112-146, jan./jun. 1991.
- NOVITA, Audry Anjani Danindra. AUKUS Alliance: United States Strategic interest in Indo-Pacific. **Jurnal Diplomasi Perthanan**, Indonésia, v. 8, n. 1, p. 1–14, 2022.
- OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves. As pegadas do dragão no Pólo Sul: um estudo sobre as estratégias e as ações chinesas para Antártica e suas implicações para o Brasil. **Revista Austral**, Porto Alegre, v. 10, n. 19, p. 108-135, jan./jun. 2021.
- PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. A nova rota da seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 25–44, 2017.
- RENNI, Yasmin Sande; SANTOS, Romário de Jesus. Do insulamento ao Brexit: raízes do cetismo britânico na união da Europa. **Cadernos Argentina-Brasil**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1–14, 2016.
- SIPRI - STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI Military Expenditure Database**. Sweden: Sipri, [2022]. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 17 maio 2022.
- WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema-mundo y la evolución. **Antiguo Oriente**, Ciudad de México, v. 5, n. 77, p. 231-242, 2007.

Recebido: outubro de 2023.

Aceito: novembro de 2023.